



Ata

1ª Assembleia Geral da Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação – RedeLAI 17 de setembro de 2024

Manhã

Abertura da Assembleia

- No dia 17 de setembro de 2025, a Assembleia da RedeLAI reuniu-se presencialmente em Brasília e foi transmitida para participação remota. A reunião foi conduzida pela Secretária Nacional de Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União, Ana Túlia de Macedo.
- A mesa de abertura composta pelo Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) Vinícius Marques de Carvalho; a Secretária-Executiva da CGU, Eveline Brito; a Secretária Nacional de Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União Ana Túlia de Macedo; e a Secretária de Integridade Pública da CGU, Izabela Correa. Os membros da mesa de abertura destacaram a importância da iniciativa da RedeLAI para a promoção da transparência pública; apontaram a necessidade de compartilhamento de experiências entre os entes e de produção de padrões conjuntos, atividades que serão possíveis por meio da RedeLAI; ressaltaram a seriedade e a responsabilidade que envolvem a iniciativa da RedeLAI; e destacaram a importância da Lei de Acesso à Informação (LAI) como um requisito de cidadania.
- O Ministro da CGU ressaltou a importância das redes coordenadas pelo órgão e do empoderamento cidadão, promovido de forma integrada entre os níveis federativos. Enfatizou a necessidade de compartilhamento de boas práticas e identificação de gargalos, com foco em soluções conjuntas, e apontou o papel da RedeLAI como espaço de cooperação e promoção do direito de acesso à informação. O Ministro também mencionou que há um grande espaço para avançar na Lei de Acesso à Informação nos diversos entes e destacou o papel essencial da RedeLAI para promover o direito de acesso à informação e possibilitar o compartilhamento de experiências.
- Com o encerramento da mesa de abertura, a Secretária Ana Túlia de Macedo apresentou a trajetória da RedeLAI, lembrando das primeiras reuniões de mobilização, a partir de março; passando pelo lançamento da RedeLAI no Seminário Internacional de Acesso à Informação, em maio em Brasília; passando também pelas reuniões com os membros e a Sociedade Civil e

pelo lançamento da Consulta Pública sobre o Regimento Interno da RedeLAI; até chegar à primeira Assembleia Geral agora em setembro de 2024. Apresentou as próximas atividades previstas para a RedeLAI. Apresentou também a lista dos membros aderentes à RedeLAI e a pauta da primeira Assembleia.

- Posteriormente, os membros e autoridades da mesa de abertura se posicionaram para a foto oficial da Assembleia.

Apresentação dos representantes e compartilhamento de expectativas sobre a participação na RedeLAI

- Após a foto, houve a rodada de apresentação das autoridades presentes no auditório, das que participavam da reunião remotamente e das respectivas equipes. Na oportunidade, os membros falaram brevemente da importância da RedeLAI, em seu contexto de atuação.

Espaço Sociedade Civil

- Em seguida, a Secretária Ana Túlia de Macedo convidou os representantes do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) e do Compromisso 4 da Parceria para o Governo Aberto, Bruno Morassutti, coordenador de *advocacy* da organização Fiquem Sabendo, e Marina Atoji, Diretora de Programa da organização Transparência Brasil, a fazerem suas exposições sobre a condição do acesso à informação em estados, municípios e projetos de fomento ao direito de acesso à informação e de apoio à gestão.
- A Diretora Marina Atoji apontou que a iniciativa da RedeLAI é muito bem-vinda e ressaltou os impactos positivos que ela deve proporcionar para a promoção da efetiva implementação da Lei de Acesso à informação a nível subnacional. Apresentou alguns casos de problemas na destinação de recursos que foram identificados por meio de pedidos de LAI, como o da destinação de recursos de emendas de relator do Congresso para projetos inexistentes. Marina também relatou problemas enfrentados ao solicitar acesso à informação a dados de filas na rede pública de saúde a nível municipal. Apontou a vulnerabilidade da implementação da Lei de Acesso à Informação às mudanças de gestão. Reforçou a necessidade de participação da sociedade civil nas discussões sobre o aperfeiçoamento da implementação da Lei, não apenas apresentando considerações, mas também nas decisões. Lembrou também da importância da sociedade civil na garantia da manutenção do direito do acesso à informação, independentemente das transições de governo.
- O Coordenador Bruno Morassutti, por sua vez, destacou a importância da RedeLAI para a sociedade civil, apontando como a rede pode fortalecer o controle social e a transparência pública. Ele se colocou à disposição para contribuir ativamente com as discussões e ações

futuras que possam aprofundar os debates sobre transparência em nível nacional e subnacional. Apontou que é necessária a escuta ativa da sociedade civil pela gestão pública. Trouxe a importância da garantia do acesso à informação para a promoção de outros direitos e comentou que a garantia desse direito resulta em estados mais participativos, eficientes e com melhores serviços prestados. Colocou a Fiquem Sabendo à disposição para contribuir de forma ativa no âmbito da RedeLAI.

Espaço CONACI

- O Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), Edmar Camata, fez exposição em que enfatizou o papel fundamental de sua instituição no fortalecimento do controle interno nos estados e municípios. Fez uma retrospectiva da elaboração e publicação da LAI. Destacou a relevância dessa lei como uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania. Apontou a importância de transformarmos dados em informação úteis para o cidadão e da entrega de informações de qualidade para a sociedade, que deve ser um foco do trabalho conjunto no âmbito da RedeLAI. Apontou também o desafio dos rankings de transparência, já que há diversos deles que precisam dialogar entre si, fato que merece atenção da Rede. E, reforçou o compromisso do CONACI com a RedeLAI.

Tarde

Apresentação da Campanha do Dia Internacional do Acesso Universal à Informação

- A Assessora Cristiana Martinello apresentou a campanha prevista para o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, celebrado no dia 28 de setembro. Ela destacou a importância de promover o engajamento nas redes sociais para dar visibilidade à RedeLAI e fortalecer a conscientização pública sobre a Lei de Acesso à Informação. Cristiana apresentou as artes gráficas que foram desenvolvidas para serem compartilhadas durante a data celebrada, incentivando os participantes a utilizarem e divulgarem os materiais em suas redes.
- Em seguida, Fernanda Calado, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Acesso à Informação, compartilhou informações sobre a ferramenta de tarjamento desenvolvida pela Petrobras, que identifica automaticamente dados pessoais sensíveis, como CPF, endereço e outros, permitindo que o usuário faça o tarjamento de forma eficiente. Fernanda explicou que a Petrobras cedeu essa ferramenta à CGU para ser integrada exclusivamente ao sistema FalaBR. Fernanda Calado esclareceu que qualquer servidor que utilize o sistema FalaBr pode ter acesso à ferramenta de tarjamento, sem a necessidade de ser especificamente um servidor do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) ou da ouvidoria.

- A exposição foi seguida de apontamentos de algumas dificuldades com o uso do sistema e observações e sugestões para o FalaBR.
- A Secretária Ana Túlia acolheu os comentários dos participantes, esclarecendo que a ferramenta de tarjamento é de propriedade da Petrobras e, por enquanto, apenas os servidores usuários do FalaBR têm acesso a ela. Em resposta às observações, Ana Túlia sugeriu a possibilidade de agendamento de uma conversa com a Petrobras, como parte de uma iniciativa da RedeLAI, para discutir possíveis melhorias na ferramenta e expandir seu uso para outros sistemas, como o Super/SEI, por exemplo.
- Mayara Cristine Bandeira, Controladora-Geral do Estado do Acre, apontou um entrave à adesão ao Fala.BR: o termo de adesão exige a assinatura do governador, o que tem dificultado o processo. A representante informou que, junto à regional da CGU no estado, foi discutida a possibilidade de delegar essa competência à Controladoria-Geral do Estado (CGE).
- A equipe da CGU fez o registro das dificuldades e das demandas apresentadas.

Ponto de pauta: Regimento Interno da RedeLAI

- A Secretária Ana Túlia de Macedo deu prosseguimento à reunião, apresentando a primeira pauta deliberativa da assembleia, o Regimento Interno da RedeLAI. Apresentou a minuta do documento, destacando as contribuições que já foram incorporadas ao texto em cada capítulo do Regimento.
- Luis Augusto Rocha, Auditor Geral do Estado da Bahia, propôs que fosse deixado de forma explícita a participação e o papel do CONACI na RedeLAI.
- Ao apresentar a proposta de estrutura, a Secretária Ana Túlia apontou que a CGU atuará como Secretaria-Executiva e Coordenadora-Geral da RedeLAI neste primeiro momento. Por outro lado, em sua visão, seria importante a abertura da possibilidade de escolha de outros Coordenadores-Gerais no futuro.
- Ana Túlia de Macedo indicou as propostas vindas da sociedade civil e que demandam reflexão dos membros plenos da RedeLAI e que devem ser discutidas pelo Conselho Diretivo provisório. Propôs, então, a apreciação do regimento interno da RedeLAI aconteça no início de 2025, de modo a permitir um debate mais aprofundado. Apresentando duas datas para a realização de Assembleia Geral Extraordinária: 12 de fevereiro ou 10 de março de 2025.
- Foi realizada a votação entre os participantes, na qual **69% optaram pela data de 12 de fevereiro de 2025** para ser a próxima Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada de forma virtual.
- Os membros então debateram a estrutura da RedeLAI e o Regimento da Rede. O debate será aprofundado no âmbito do Conselho Diretivo provisório.

Ponto de pauta: Decisão quanto ao Conselho Diretivo Provisório da RedeLAI

- A Secretária Ana Túlia apresentou proposta da criação do Conselho Diretivo Provisório, que exercerá provisoriamente o papel de Conselho Diretivo, cujas atribuições estão previstas no artigo 6º da proposta de Regimento Interno, e ficará encarregado de, considerando as propostas recebidas, pensar a estrutura da RedeLAI e consolidar a proposta final do Regimento Interno da RedeLAI.
- Ana Túlia de Macedo abriu, então, oficialmente as candidaturas para a composição do Conselho Diretivo Provisório da RedeLAI. Ela explicou a importância deste conselho na condução dos trabalhos iniciais da rede e convidou os participantes a se candidatarem.
- Elegeram-se os seguintes membros para o **Conselho Diretivo Provisório**:
 - **Controladoria-Geral de Rondônia**
 - **Controladoria-Geral do Distrito Federal**
 - **Controladoria-Geral do Estado do Amazonas**
 - **Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina**
 - **Controladoria Geral do Município de São Paulo**
 - **Advocacia-Geral do Estado/Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**

Ponto de pauta: Ações da RedeLAI para 2025

- A Chefe de Gabinete, Fernanda Calado, conduziu então o debate relacionado às ações da RedeLAI para 2025. Explicou que cada ação contará com um coordenador responsável por conduzir a execução da ação por um grupo de trabalho, em ciclo anual.
- A Diretora Larissa Maciel iniciou sua fala agradecendo a confiança de todos na escolha da Controladoria-Geral do Estado de Rondônia para o Conselho Diretivo e apresentou a Ação 1:

Ação 1: “Diagnóstico Situacional sobre Governança de Dados e Transparência Pública”

Apresentação da Ação: Realização de Diagnóstico Situacional sobre Governança de Dados (Potencialidades e Desafios) nos entes do Poder Executivo Estadual e Municipal - membros da RedeLAI.

Objetivos da Ação: Realizar levantamento, por meio de formulário estruturado, para avaliar as estruturas de governança de dados, do poder executivo estadual e municipal, e o impacto dessas estruturas na transparência ativa e passiva.

Produtos Esperados da Ação:

- Levantamento das estruturas de governança de dados dos entes estaduais e municipais, por tipo de informação (contábil, pessoal, obras, licitações, entre outras...)

- Criação de indicadores de maturidade (estruturas mais consistentes e mais vulneráveis).
- Plano de Ação para fomentar estruturação de governança de dados sobre informações que apresentarem maiores desafios à transparência pública.
- A Ouvidora-Geral do Município de São Paulo, Maria Lumena, apresentou as propostas de Ações 2 e 3, informando sua disposição para coordenar a Ação 2:

Ação 2: “Conheça a Administração Pública, Pergunte!”

Apresentação da Ação: "Conheça a Administração Pública, pergunte!" pode ser estruturada como campanha de comunicação informativa incluindo as redes sociais e formativa com a estrutura de uma apostila digital para estudantes de ensino médio que poderá ser subsídio ao professor em uma roda de conversa marcada para maio de cada ano em comemoração a vigência da Lei de Acesso à Informação.

Objetivo geral: popularização da Lei de Acesso à Informação Pública

Objetivos Específicos: fomentar a cultura e a realização de pedidos acesso à informação pública, ampliar o perfil dos cidadãos(ãs) que registram pedidos de informação pública e inclusão de data sobre a Lei de Acesso à Informação no calendário letivo do ensino médio

Produtos esperados da Ação:

- Criação de indicador da proporção de utilização da ferramenta "reclamação" em comparação a utilização da ferramenta "pedido de informação" nas ouvidorias.
- Inclusão das orientações sobre os pedidos de informação nas Cartas de Serviços como boa prática.
- Inclusão do atendimento presencial de pedido de informação nas Ouvidorias.
- Inclusão da pesquisa de satisfação no sistema e-SIC, como boa prática.

Ação 3: “Município Transparente”

Apresentação da Ação: "Município Transparente" pode ser uma ação estruturada por um Grupo de Trabalho que monitore a política de transparência (ativa e passiva) expressa nos Portais eletrônicos de Municípios de acordo com uma estratificação pelo porte (habitantes - fonte IBGE).

Esse levantamento pode ser consolidado a cada ano com a recomendação de melhorias, identificação de tendências e reconhecimento pelo aprimoramento de Municípios durante o período analisado.

Objetivo Geral: fortalecimento da LAI nos Municípios.

Objetivos Específicos:

- Engajamento dos Municípios com a Rede LAI.
- Disseminação de boas práticas em transparência.
- Visibilidade da governança dos pedidos de informação pública municipal.

Produtos esperados da Ação:

Criação de um Painel Municipal da RedeLAI

- Ação 4 foi apresentada em conjunto pela Controladoria-Geral da União e pela Controladoria-Geral do Estado do Amazonas.

A Assessora Técnica Cristiana Martinello iniciou a apresentação da ação, seus objetivos e produtos:

Ação 4: “Acesso à Informação para Grupos Vulneráveis”

Apresentação da Ação:

A presente ação visa a disseminar a cultura do acesso à informação junto a grupos vulneráveis através da capacitação de lideranças comunitárias que possam ajudar a divulgar existência do direito de acesso à informação e os principais aspectos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) junto aos seguimentos que representam, viabilizando, inclusive, a realização de eventuais futuros pedidos de acesso à informação de interesse do grupo.

Objetivo Geral: levar, a seguimentos de grupos vulneráveis, conhecimento sobre o direito de acesso à informação e instrumentos que LAI disponibiliza para utilizá-lo.

Produtos esperados da Ação:

Um evento de capacitação que atinja lideranças comunitárias de ao menos um grupo vulnerável.

- Elisângela Nogueira Rodrigues, Chefe do Departamento de Transparência Pública da Controladoria-Geral do Estado do Amazonas, complementou a apresentação contextualizando com a experiência do Amazonas, em que no interior do estado há dificuldade de acesso à internet pelos próprios órgãos municipais.

- A Chefe de Gabinete Fernanda Calado apresentou a próxima Ação:

Ação 5: “Regulamentação modelo da Lei nº 12.527/11 para estados e municípios”

Apresentação da Ação: Produção de forma colaborativa de um normativo de referência para a regulamentação da LAI em estados e municípios

Objetivos: Auxiliar entes federativos que ainda não regulamentaram a Lei nº 12.527/11 e, dessa forma, promover a efetividade da Lei a nível nacional.

Produtos esperados da Ação: Norma modelo de Regulamentação da Lei nº 12.527/11.

- Rejane Vaz de Abreu, Subcontroladora de Transparência e Controle social da Controladoria-Geral do Distrito Federal, apresentou a Ação 6.

Ação 6: Banco de Boas Práticas LAI.

Apresentação da Ação: Desenvolvimento de solução para cadastro, mapeamento e compartilhamento de iniciativas que contribuem para o fortalecimento do acesso à informação.

Exemplo:

Banco de Boas Práticas relacionadas aos compromissos do Pacto Educativo Global - PUC Paraná: <https://www.pucpr.br/repositorio-de-boas-praticas/#projetos>.

Objetivos: Promover e fomentar o desenvolvimento e a replicação de ações voltadas ao fortalecimento do acesso à informação.

Produtos esperados da Ação: Banco Boas Práticas LAI - a ideia é a constituição de um acervo de informações sobre práticas desenvolvidas pelos diversos entes federados e organizações da sociedade civil, que compõem a RedeLAI.

- O Auditor Geral, Luis Augusto Rocha, propôs que seja pensada uma estratégia para a RedeLAI, especialmente sobre como atingir os pequenos municípios.
- A Secretária Ana Túlia propôs um ajuste na Ação 3 “Município Transparente” para focar na ação proposta por Rocha e perguntou se a AGE Bahia aceitaria coordená-la.
- Luis Rocha aceitou coordenar a Ação, que recebeu a denominação de “Estratégia Município Transparente”.
- Cristiana Martinello apontou que é possível fazer ajustes nas propostas no âmbito dos grupos de trabalho. A apresentação da proposta final de cada Ação, por meio de Termo de Referência, deverá ocorrer até o dia 31 de janeiro.
- Danielle Carvalho Assunção, Controladora-Geral Adjunta do Estado do Rio Grande do Norte, sugeriu que as entregas dos grupos de trabalho sejam escalonadas ao longo do ano, de forma que não haja uma atuação em todos os grupos simultaneamente. Isso evitaria sobrecarregar os órgãos. Proposta acolhida pelos presentes. Decidiu-se que o Conselho Diretivo Provisório pensará esse escalonamento.
- **Submetidas à votação, todas as ações foram aprovadas.**
- Os grupos de Trabalho ficaram então assim compostos inicialmente, com a possibilidade de entrada de mais membros plenos em segunda chamada:
 - Ação Estratégia Município transparente - Proponente: AGE - Bahia
 - Auditoria-Geral do Estado da Bahia/AGE-BA
 - Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte
 - Controladoria Geral do Estado da Paraíba
 - Controladoria-Geral do Município de São Paulo
 - Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco

- Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina
- Controladoria-Geral da União
- Ação Conheça a Administração Pública, pergunte! - Proponente: CGM São Paulo
 - Controladoria-Geral do Município de São Paulo
 - Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco
 - Controladoria-Geral do Distrito Federal
 - Controladoria-Geral do Estado do Pará
 - Controladoria-Geral da União
- Ação Realização de Diagnóstico Situacional sobre Governança de Dados (Potencialidades e Desafios) nos entes do Poder Executivo Estadual e Municipal - Proponente: CGE RO
 - Controladoria-Geral do Estado de Rondônia
 - Secretaria de Transparência e Controle do Estado do Maranhão
 - Controladoria Geral do Município de Porto Velho
 - Controladoria Geral do Estado de Roraima
 - Controladoria-Geral do Estado do Pará
 - Controladoria-Geral da União
- Ação Acesso à Informação para Grupos Vulneráveis (Proponentes: CGU e CGE AM)
 - Controladoria-Geral da União
 - Controladoria-Geral Do Estado do Amazonas
 - Controladoria Geral do Estado de Alagoas
 - Controladoria Geral do Rio Grande do Norte
- Ação Regulamentação modelo da Lei nº 12.527/11 para estados e municípios (Proponente: CGU)
 - Controladoria-Geral da União
 - Controladoria-Geral do Município de São Paulo
 - Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais
 - Controladoria-Geral do Estado do Pará
- Ação Banco Boas Práticas LAI (Proponente: CGDF)
 - Controladoria-Geral do Distrito Federal
 - Secretaria de Transparência e Controle do Estado do Maranhão
 - Controladoria Geral do Estado da Paraíba
 - Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco
 - Controladoria Geral do Rio Grande do Norte
 - Secretaria de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo
 - Controladoria-Geral da União

Estavam presentes na Assembleia em Brasília, no auditório da CGU:

- Alexsandro da Silva - Controlador-Geral Adjunto do Estado de Santa Catarina (CGE-SC).
- Aloisio Barbosa de Carvalho Neto - Secretário de Estado da Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado do Ceará (CGE-CE).
- Ana Paula Pantoja - Controladora de Transparência e Integridade da Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE-PA).
- Beatriz Faria de Almeida Loureiro - Superintendente Central de Transparência da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG).
- Danielle Carvalho Assunção - Controladora-Geral Adjunta do Estado do Rio Grande do Norte (CGE-RN).
- Diego Ramalho Freitas - Subcontrolador de Governo Aberto e Ouvidoria-Geral da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO).
- Edmar Camata - Presidente do CONACI e Secretário de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo.
- Elisângela Nogueira Rodrigues - Chefe do Departamento de Transparência Pública da Controladoria-Geral do Estado do Amazonas (CGE-AM).
- Fernando Vinícius de Oliveira Moreira - Superintendente de Transparência e Controle do Maranhão (STC-MA)
- Lenira Maria Fonseca Albuquerque - Assistente de Controle Interno (CGE-RN).
- Letácio Guedes - Secretário Chefe da Controladoria-Geral do Estado da Paraíba (CGE-PB).
- Liana Peixoto - Superintendente de Ouvidoria e Transparência da Controladoria-Geral do Estado de Alagoas (CGE-AL).
- Lucy Maria de Holanda - Assessora de Controle Interno (CGE-AL).
- Luis Augusto Rocha - Auditor Geral do Estado da Bahia (AGE-BA).
- Magdiel Eliton Ayres do Couto – Ouvidor-Geral do Estado do Amapá (OGE-AP).
- Mayara Cristine Bandeira de Lima – Controladora-Geral do Estado do Acre (CGE-AC).
- Nair Mota Dias – Controladora-Geral do Estado do Amapá (CGE-AP).
- Raul Cancian Mochel - Secretário de Estado da Secretaria de Transparência e Controle do Maranhão (STC-MA).
- Rejane Vaz de Abreu - Subcontroladora de Transparência e Controle Social da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).
- Renato Barbosa Cirne - Secretário-Executivo de Transparência e Controle da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco (CGE-PE).

- Steferson Lima Costa Ferreira – Secretário Adjunto de Transparência Controle do Maranhão (STC-MA).
- Weyk Gomes - Superintendente da Controladoria Especializada em Participação Cidadã (CGE-GO)

Participaram da Assembleia de forma remota:

- Álvaro Carneiro Neto - Ouvidor-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul (CGE-MS).
- Álvaro Dantas Aguiar - Assistente de Serviços da Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE-PI).
- André Fagundes Cheguhem - Controlador-Geral da Secretaria Municipal de Transparência e Controle Interno de Palmas (SMTCI-Palmas).
- Arnaldo Gomes Flores - Controlador-Geral do Município de Manaus (CGM-Manaus).
- Camila Xavier Camargos - Diretora Central de Transparência Passiva da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG).
- Carolina Ferreira Falcão de Castro - Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE-PR).
- Cláudia Costa de Araújo Fusco - Controladora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte (CGM-BH).
- Cristiano de Sousa Leão - Controlador Adjunto do Município de São Luís (CGM-São Luís).
- Eduardo Fonseca - Gerente de Controle de Sistemas e Transparência da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí (CGE-PI) - Observador
- Felipe Stefan Koerich Theis - Chefe do Departamento de Transparência da Controladoria-Geral do Município de Florianópolis (CGM-Florianópolis).
- Flávia Marques Vilela – Diretora de Transparência Ativa da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG).
- Gleuson da Silva Chaves - Diretor do Departamento de Controladoria de Manaus. (CGM-Manaus)
- Henrique Seevald Weyne Marques - Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria de Porto Alegre (SMTCI-Porto Alegre).
- José Victor de Oliveira – Gerente da Controladoria-Geral do Estado do Amazonas (CGE-AM).
- Karen Oldoni - Secretária Adjunta de Ouvidoria-Geral e Transparência da Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso (CGE-MT).
- Kassyo Modesto da Silva - Auditor de Controle Interno e Coordenador de Ética e Transparência da Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado do Ceará (CGE-CE).

- Larissa Ananda Paiva Maciel - Diretora de Transparência e Governo Aberto da Controladoria-Geral do Estado de Rondônia (CGE-RO).
- Leandro Domingues - Secretário Municipal de Fazenda de Florianópolis.
- Leonardo Fogaça - Diretor de Transparência da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte (CGM-BH).
- Louise Fernanda Oliveira Araújo Gomes - Subcontroladora de Acompanhamento de Gestão e Transparência da Controladoria-Geral do Município de Porto Velho (CGM-Porto Velho).
- Luiz Afonso Floriani - Controlador-Geral Adjunto da Controladoria-Geral do Estado de Rondônia (CGE-RO).
- Maria Lumena Balaben Sampaio – Ouvidora-Geral do Município de São Paulo (CGM-São Paulo).
- Matheus Klaus Portes Gruber - Coordenador de Transparência e Controle Social da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE-PR).
- Mirele Nery Infante - Chefe do Núcleo de Transparência e Assistente Administrativo da Controladoria-Geral do Município de Porto Velho (CGM-Porto Velho).
- Osvaldo Ricardo da Silva - Subcontrolador Geral de Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados (CGM-Florianópolis).
- Patrícia Queiroz Nunes Santos - Assessora da Gerência de Articulação e Gestão de Ouvidoras da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins (CGE-TO).
- Raquel Ferreira Drummond de Aguiar - Controladoria-Geral do Município de Vitória (CGM-Vitória).
- Raquel Matutino Sá - Coordenadora de Transparência e Controle Social da Controladoria-Geral do Município de Salvador (CGM-Salvador).
- Ricardo Luís Neves Cardoso - Gerente-Geral de Controle Social da Controladoria-Geral do Município do Recife (CGM-Recife).
- Rodrigo De Bona da Silva - Controlador-Geral da Controladoria-Geral do Município de Florianópolis (CGM-Florianópolis).
- Sheyla Rodrigues Neto Dias da Silva - Diretora do Departamento de Transparência e Controle Social da Controladoria Geral do Estado de Roraima (CGE-RR).
- Soraia Ferreira Quirino Dias, Subcontroladora de Transparência, Integridade e Controle Social do Estado de Minas Gerais (CGE-MG).
- Vinícios Campos de Oliveira - Coordenador de Transparência e Acesso à Informação da Controladoria-Geral do Município de Vitória (CGM-Vitória).